

AAA  
L.P.

# RELATÓRIO E CONTAS

31 de Dezembro de 2014

moviJovem<sup>®</sup>



SECRETÁRIO DE ESTADO  
DO DESPORTO E JUVENTUDE



*AA*  
*9*  
*2*

## ÍNDICE

I	Balanço	3
II	Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
III	Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
IV	Demonstração Alterações dos Fundos Patrimoniais	6
V	Anexo às Demonstrações Financeiras	7

# I BALANÇO

**moviJovem** <sup>(MJ)</sup>

MOVIJOVEM - MOBILIDADE JUVENIL, CIPRL

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2014	2013
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Aívos fixos tangíveis	6	13.683.901	15.328.087
Aívos intangíveis	7	4.260	3.925
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>13.688.161</b>	<b>15.332.012</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	9	17.721	44.511
Clientes	10	285.090	495.128
Adiantamentos a fornecedores		1.279	1.279
Estado e outros entes públicos	16	84.883	11.653
Outras contas a receber	10	570.657	776.881
Diferimentos	11	31.115	21.945
Caixa e seus equivalentes	4	314.027	426.939
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>1.304.772</b>	<b>1.778.336</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.992.933</b>	<b>17.110.348</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos	12	337.500	337.500
Reserva legal	12	163.111	163.111
Outras reservas	12	17.610	17.610
Resultados transitados	12	(7.426.133)	(7.988.361)
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	11.902.408	12.517.061
		4.994.496	5.046.921
Resultado líquido do exercício		200.878	562.228
<b>Total do fundo patrimonial</b>		<b>5.195.374</b>	<b>5.609.149</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	14	527.508	-
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>527.508</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Provisões	13	85.539	161.613
Fornecedores	14	994.681	955.969
Adiantamentos de clientes	15	168.955	207.508
Estado e outros entes públicos	16	161.634	225.601
Financiamentos obtidos	14	5.205.680	5.816.479
Outras contas a pagar	15	1.839.787	3.023.312
Diferimentos	17	813.775	1.110.717
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>9.270.051</b>	<b>11.501.199</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>9.797.559</b>	<b>11.501.199</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>14.992.933</b>	<b>17.110.348</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2014.

Técnico Oficial de Contas

Direção

*Susana Maieira Constança Leitão*

Página 3

## II DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS POR NATUREZAS

**moviJovem** <sup>mu</sup>

MOVIJOVEM - MOBILIDADE JUVENIL, CIPRL

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	18	6.221.500	6.400.440
Subsídios, doações e legados à exploração	26	41.653	61.827
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(269.688)	(232.925)
Fornecimentos e serviços externos	19	(2.733.826)	(2.592.169)
Gastos com o pessoal	20	(3.914.316)	(4.225.961)
Imparidade de dívidas a receber	10	(10.031)	(46.730)
Provisões	13	-	(111.833)
Outros rendimentos e ganhos	22	3.158.434	3.855.890
Outros gastos e perdas	23	(175.454)	(166.602)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2.318.272</b>	<b>2.941.937</b>
Gastos de depreciação e de amortização	21	(1.754.516)	(1.994.400)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis	6	(13.116)	(13.233)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>550.640</b>	<b>934.304</b>
Juros e gastos similares suportados	24	(349.762)	(372.076)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>200.878</b>	<b>562.228</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>200.878</b>	<b>562.228</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Técnico Oficial de Contas

Direção

*Susana Maria Constância Leitão*

### III DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA



MOVIJOVEM - MOBILIDADE JUVENIL, CIPRL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2014		2013	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>					
Recbimentos de clientes		6.124.172		6.732.050	
Pagamentos a fornecedores		(2.211.098)		(2.766.486)	
Pagamentos ao pessoal		(2.890.317)		(2.940.548)	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.022.757</b>		<b>1.025.016</b>	
Outros pagamentos		(793.664)		(481.629)	
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>		<b>229.093</b>		<b>543.387</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>					
Recbimentos provenientes de:					
Subsídios ao investimento		131.250	131.250	212.500	212.500
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		(377.437)		(454.934)	
Activos intangíveis	7	(3.360)	(380.797)	(2.154)	(457.088)
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>		<b>(249.547)</b>		<b>(244.588)</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	14	(83.291)		(93.291)	
Juros e gastos similares		(9.167)	(92.458)	(10.504)	(103.795)
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>		<b>(92.458)</b>		<b>(103.795)</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(112.912)</b>		<b>195.004</b>	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4		426.939		231.935
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4		314.027		426.939

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Técnico Oficial de Contas

Direção

Susana Havia Constantino de Castro

Notas	Fundos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de janeiro de 2013	337.500	163.111	17.610	(8.724.590)	14.368.848	736.229	6.898.708
<b>Alterações no exercício:</b>							
Aplicação do resultado do exercício de 2012	-	-	-	736.229	-	(736.229)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	562.228	562.228
Reconhecimento de subsídios ao investimento	-	-	-	-	(1.851.787)	-	(1.851.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	337.500	163.111	17.610	(7.988.361)	12.517.061	562.228	5.609.149
<b>Alterações no exercício:</b>							
Aplicação do resultado do exercício de 2013	-	-	-	562.228	-	(562.228)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	200.878	200.878
Reconhecimento de subsídios ao investimento	-	-	-	-	(614.653)	-	(614.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	337.500	163.111	17.610	(7.426.133)	11.902.408	200.878	5.195.374

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Técnico Oficial de Contas

*Susana Maria Constanção Jertão*

Direção

# V ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## MOVIJOVEM – MOBILIDADE JUVENIL, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MOVIJOVEM – MOBILIDADE JUVENIL, CIPRL (“Movijovem” ou “Cooperativa”) é uma cooperativa de solidariedade social com sede em Lisboa, na Rua Lúcio de Azevedo, N.º27, constituída em 1 de junho de 1991, que tem por objeto principal promover, apoiar e fomentar ações de mobilidade juvenil na sua vertente social, possibilitando aos jovens portugueses, em especial aos mais desfavorecidos, um contacto mais direto com a realidade e o património cultural, histórico e natural do país. À Movijovem cabe ainda desenvolver ações que estimulem a mobilidade, contribuindo para valorizar a formação socioeducativa dos jovens e para reforçar os laços culturais entre países e regiões.

No âmbito do seu objeto, cabe à Movijovem, construir estruturas de acolhimento e alojamento para jovens, gerir, administrar e conservar as infraestruturas de sua propriedade ou outras cuja exploração tenha contratado, bem como as instalações que lhe sejam afetas para a prossecução dos seus fins, celebrar contratos programa com o Estado sobre mobilidade juvenil, prestar serviços no âmbito do seu objeto a entidades públicas e privadas e celebrar acordos e protocolos com entidades públicas e privadas, no âmbito nacional ou internacional.

A Movijovem rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º31/84 de 21 de janeiro, no Decreto-Lei n.º7/98 de 15 de janeiro e pelo Código Cooperativo. Com referência a junho de 2002 foi atribuída à Movijovem, pela Direção Geral de Solidariedade e Segurança Social, a equiparação a Instituição Particular de Solidariedade Social.



O Decreto-lei nº 98/2011, de 21 de setembro, veio deliberar a dissolução da Movijovem e a integração do seu cooperante maioritário – Instituto Português da Juventude (“IPJ”) num novo organismo designado Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. (“IPDJ”). O IPDJ iria suceder também nas atribuições e competências da Movijovem, uma vez concluído o respetivo processo de dissolução. Esta deliberação foi aprovada pelos Cooperantes da Movijovem em reunião de Assembleia Geral de 24 de outubro de 2011, sendo que o processo de liquidação deveria ficar concluído até 31 de dezembro de 2012. Em 15 de novembro de 2012 foi deliberado em reunião da Assembleia Geral prorrogar o processo de liquidação até 31 de dezembro de 2013. Em 11 de novembro de 2013 foi deliberado em reunião de Assembleia Geral extraordinária a prorrogação do prazo de liquidação até 31 de outubro de 2014.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº132/2014 de 3 de setembro, o Governo aprovou no âmbito da mobilidade juvenil, que as atribuições e competências do IPDJ continuarão a ser exercidas através da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada Movijovem, deixando por isso a Movijovem de estar em liquidação.

Em dezembro de 2014 foi deliberado o encerramento temporário, até 31 de março de 2015, de 9 pousadas.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Cooperativa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção, na reunião de 24 de março de 2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Cooperantes, nos termos da legislação vigente.

## **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas numa base de continuidade, no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março que aprova o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo, que faz



parte integrante do SNC, e que corresponde à criação de regras contabilísticas próprias para entidades que prossigam a título principal, atividades sem fins lucrativos, com a Portaria nº105/2011, Portaria nº 106/2011 e Aviso nº 6726-B/2011, que no seu conjunto constituem o quadro normativo para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL).

### **3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### **3.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Movijovem, de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **3.2 Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, destinadas a valorizar os ativos pelo seu valor estimado de realização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método linear, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 10
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	4 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

O período de depreciação definido para as beneficiações em imóveis alheios é sempre inferior ao período contratualmente definido, de usufruto dos mesmos, por parte da Movijovem.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### **3.3 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Classe de bens</b>	<b>Anos</b>
Projectos de desenvolvimento	10
Propriedade industrial	1-10
Outros activos intangíveis	4-20

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### **3.4 Inventários**

Os inventários incluem, essencialmente, produtos de merchandising, cartão jovem e cartão de pousadas da juventude e encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Movijovem consiste no custo médio ponderado.

### **3.5 Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Movijovem tem conhecimento das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

#### **(i) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado**

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

AAA  
7  
A

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

**a) Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**b) Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**c) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica "Financiamentos obtidos".

**(ii) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade sempre que se observem indícios de que os mesmos possam estar em imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

**(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Movijovem desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Movijovem reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Movijovem desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.6 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Cooperativa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Cooperativa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Cooperativa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

*MA*  
*9*  
*10*

O rédito resultante das vendas do cartão jovem, cartão pousadas de juventude e dos artigos de *merchandising* é reconhecido no exercício em que ocorre a sua venda. O rédito resultante das prestações de serviços com o alojamento nas pousadas, bem como das refeições a clientes é reconhecido no período da utilização do serviço de alojamento. As reservas já efetuadas e pagas e ainda não usufruídas são registadas na rubrica "Adiantamento de clientes".

### **3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos dos exercícios.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras são os seguintes:

- a) Identificação das unidades geradoras de caixa, sendo que a Movijovem definiu que cada pousada constituía para efeitos de análise de imparidade uma unidade geradora de caixa;
- b) Identificação de ativos fixos (pousada) com indícios de imparidade, sendo que a Cooperativa definiu que um ativo apresenta indícios de imparidade, nos casos em que o valor do ativo fixo é significativo e a Unidade apresenta recorrentemente resultados de exploração negativos;

- c) Mensuração de imparidade;
- d) Análise de imparidade de inventários e contas a receber.

### **3.8 Impostos sobre o rendimento**

Conforme referido na Nota Introdutória, a Movijovem foi equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social, tendo subsequentemente requisitado junto da Direção Geral de Contribuições e Impostos a atribuição de isenção em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Pela redação do n.º1 do art.º44º da Lei n.º 60-A/2005 de 30 de dezembro (Lei do O.E. para 2006), a isenção de IRC é concedida automaticamente à Movijovem, deixando de estar dependente do reconhecimento prévio por parte do Ministério das Finanças. Por ser uma pessoa coletiva de utilidade pública e de possuir estatuto equiparado a instituição particular de solidariedade social (art.º10, n.º1 a) e b) do CIRC), a Movijovem passou a beneficiar de isenção automática, sem necessidade de reconhecimento.

### **3.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

#### Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Movijovem tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.



### Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

### Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **3.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### **3.11 Especialização de exercícios**

A Cooperativa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### **3.12 Subsídios do governo**

AAA  
9  
2

Os subsídios do governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Movijovem irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do governo associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimento do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinam.

Outros subsídios do governo são de uma forma geral reconhecidos como rendimento de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios de governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas de que não tem custos futuros associados são reconhecidos como rendimento do período em que se tornam recebíveis.

### **3.13 Outros subsídios**

Os subsídios/verbas atribuídos à Movijovem no âmbito de protocolos celebrados com terceiras entidades para participar no esforço de desenvolvimento das redes das pousadas de juventude são reconhecidos no período de vigência dos protocolos e na proporção em que os respetivos gastos são reconhecidos.

### **3.14 Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sob condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sob condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

*AA*  
*T 20*

#### 4 FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalham-se conforme se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Numerário	2.000	2.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	312.027	424.939
	<u>314.027</u>	<u>426.939</u>

#### 5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

#### 6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

2014								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	594.816	39.181.334	4.043.616	137.813	1.047.441	1.458.696	2.392.857	48.856.573
Aumentos	-	62.032	7.570	-	5.514	8.360	36.945	120.421
Transferências	-	-	640	-	-	-	(640)	-
Abates	-	-	-	(31.723)	-	-	-	(31.723)
Saldo final	594.816	39.243.366	4.051.826	106.090	1.052.955	1.467.056	2.429.162	48.945.271
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	-	27.442.112	3.675.847	137.813	1.031.593	1.241.121	-	33.528.486
Depreciações do exercício (Nota 21)	-	1.503.575	147.039	-	10.166	90.711	-	1.751.491
Abates	-	-	-	(31.723)	-	-	-	(31.723)
Perdas por imparidade	-	12.457	299	-	120	240	-	13.116
Saldo final	-	28.858.144	3.823.185	106.090	1.041.879	1.332.072	-	35.261.370
<b>Ativos líquidos</b>	<b>594.816</b>	<b>10.285.222</b>	<b>228.641</b>	<b>-</b>	<b>11.076</b>	<b>134.984</b>	<b>2.429.162</b>	<b>13.683.901</b>

  

2013								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	594.816	39.081.919	4.025.707	137.813	1.045.339	1.455.718	2.404.863	48.746.175
Aumentos	-	57.553	17.417	-	2.102	2.978	804.505	884.555
Transferências	-	41.862	492	-	-	-	(42.354)	-
Regularizações (a)	-	-	-	-	-	-	(774.157)	(774.157)
Saldo final	594.816	39.181.334	4.043.616	137.813	1.047.441	1.458.696	2.392.857	48.856.573
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	-	25.746.050	3.487.264	137.813	1.020.532	1.133.375	-	31.525.034
Depreciações do exercício (Nota 21)	-	1.683.960	188.372	-	11.061	108.807	-	1.990.220
Perdas por imparidade	-	12.082	211	-	-	939	-	13.232
Saldo final	-	27.442.112	3.675.847	137.813	1.031.593	1.241.121	-	33.528.486
<b>Ativos líquidos</b>	<b>594.816</b>	<b>11.739.222</b>	<b>367.769</b>	<b>-</b>	<b>15.848</b>	<b>217.575</b>	<b>2.392.857</b>	<b>15.328.087</b>

(a) Na sequência da ação de processo ordinário interposta pela Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A., onde era reclamado o pagamento de faturas emitidas pelo fornecedor Interobra, Lda., da qual a Movijovem foi absolvida, desta forma foram desconhecidas as faturas em causa.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram reconhecidas imparidades associadas a investimentos em pousadas que se encontram em imparidade e de modo a que o valor líquido das mesmas se mantivesse nulo, decorrente de aquisições ocorridas em cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Movijovem detém dois terrenos, em Lousã e Espinho, onde se encontram edificadas as respetivas pousadas, que foram doados pelos respetivos municípios. Uma vez que a Movijovem não dispõe do seu valor de avaliação atualizado, os mesmos não se encontram, à data, registados contabilisticamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos tangíveis em curso eram como se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Pousada de Évora (remodelação)	2.427.078	2.389.682
Outros	2.084	3.175
	<u>2.429.162</u>	<u>2.392.857</u>

Os ativos fixos incluem, essencialmente, valores relativos a "Beneficiações em imóveis alheios" que corresponde a obras realizadas pela Movijovem nas diversas pousadas cuja exploração é da sua responsabilidade, e que se encontram registadas na rubrica "Edifícios e outras construções", assim como, os montantes relacionados com obras realizadas em pousadas cedidas à Movijovem.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica "Edifícios e outras construções", por pousada, é o seguinte:

	2014		2013	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas/ imparidade	Valor líquido	Valor líquido
Vilarinho das Fumas	3.694.841	(1.276.564)	2.418.277	2.608.617
Tavira	2.516.387	(750.421)	1.765.966	1.898.406
Espinho	2.161.539	(739.694)	1.421.845	1.536.356
Portimão	2.954.772	(1.637.507)	1.317.265	1.603.586
Vila Nova de Cerveira	1.698.877	(1.021.066)	677.811	847.264
São Pedro do Sul	1.556.203	(1.026.157)	530.046	676.412
Penhas da Saúde	1.784.555	(1.351.676)	432.879	529.011
Lisboa	1.612.599	(1.231.393)	381.206	536.867
Almada	480.955	(401.972)	78.983	122.948
Alcoutim	1.283.545	(1.246.329)	37.216	42.848
Castelo Branco	106.704	(71.840)	34.864	44.553
Areia Branca	1.128.853	(1.095.663)	33.190	35.674
Ovar	466.102	(434.376)	31.726	56.300
Porto	222.031	(193.363)	28.668	27.716
Coimbra	462.908	(453.770)	9.138	11.837
Catalazete	747.637	(744.435)	3.202	5.313
Évora	329.176	(329.102)	74	3.891
Melgaço	2.474.295	(2.474.295)	-	-
Lousã	2.158.913	(2.158.913)	-	-
Aljô	2.038.961	(2.038.961)	-	-
São Martinho Porto	1.539.060	(1.539.060)	-	-
Porto de Mós	1.330.908	(1.330.908)	-	-
Aljezur	1.268.384	(1.268.384)	-	-
Foz Cávado	774.418	(774.418)	-	-
Sines	764.589	(764.589)	-	-
Sintra	613.807	(613.807)	-	-
Leiria	573.407	(573.407)	-	-
Portalegre	113.545	(113.545)	-	-
Outros	2.385.395	(1.302.529)	1.082.866	1.151.623
	<u>39.243.366</u>	<u>(28.958.144)</u>	<u>10.285.222</u>	<u>11.739.222</u>

*Handwritten signature and initials*

## 7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014				2013			
	Projetos de desenvolvimento	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total	Projetos de desenvolvimento	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	26.515	213.422	62.786	302.723	26.515	211.268	62.786	300.569
Aquisições	-	3.360	-	3.360	-	2.154	-	2.154
Saldo final	26.515	216.782	62.786	306.083	26.515	213.422	62.786	302.723
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>								
Saldo inicial	24.205	211.807	62.786	298.798	23.000	208.832	62.786	294.618
Amortizações do exercício (Nota 21)	1.205	1.820	-	3.025	1.205	2.975	-	4.180
Saldo final	25.410	213.627	62.786	301.823	24.205	211.807	62.786	298.798
<b>Ativos líquidos</b>	<b>1.105</b>	<b>3.155</b>	<b>-</b>	<b>4.260</b>	<b>2.310</b>	<b>1.615</b>	<b>-</b>	<b>3.925</b>

## 8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Como referido na Nota Introdutória, a Movijovem foi equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social, tendo subsequentemente requisitado junto da Direção Geral de Contribuições e Impostos a atribuição de isenção em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Pela redação do n.º1 do art.º44º da Lei n.º 60-A/2005 de 30 de dezembro (Lei do O.E. para 2006), a isenção de IRC é concedida automaticamente à Movijovem, deixando de estar dependente do reconhecimento prévio por parte do Ministério das Finanças. Por ser uma pessoa coletiva de utilidade pública e de possuir estatuto equiparado a instituição particular de solidariedade social (art.º10, n.º1 a) e b) do CIRC), a Movijovem passou a beneficiar de isenção automática, sem necessidade de reconhecimento.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Movijovem dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção da Movijovem entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

## 9 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários da Movijovem eram detalhados conforme se segue:

	2014		2013	
	Montante bruto	Montante líquido	Montante bruto	Montante líquido
Cartão Jovem	8.842	8.842	35.587	35.587
Mercadorias restauração	6.319	6.319	7.806	7.806
Outros	2.560	2.560	1.118	1.118
	<u>17.721</u>	<u>17.721</u>	<u>44.511</u>	<u>44.511</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram registadas perdas por imparidade de inventários

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhado conforme segue:

	2014	2013
Saldo inicial	44.511	63.097
Compras	242.898	218.225
Regularizações	-	(3.886)
Saldo final	(17.721)	(44.511)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>269.688</u>	<u>232.925</u>

*[Handwritten signature]*  
20

## 10 ATIVOS FINANCEIROS

### Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as contas a receber da Movijovem apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Clientes	487.284	(202.194)	285.090	685.973	(190.845)	495.128
Outras contas a receber:						
Devedores por acréscimos de rendimentos (a)	335.498	-	335.498	333.002	-	333.002
FEDER (b)	91.688	-	91.688	94.107	-	94.107
IVA a solicitar reembolso	-	-	-	115.965	-	115.965
Partes relacionadas (Nota 25)	14.956	-	14.956	21.763	-	21.763
Outras contas a receber	203.931	(75.416)	128.515	241.812	(29.768)	212.044
	646.073	(75.416)	570.657	806.649	(29.768)	776.881
	1.133.357	(277.610)	855.747	1.492.622	(220.613)	1.272.009

(a) A rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem o seguinte detalhe:

	2014	2013
Protocolo CGD, Fidelidade i)	93.750	93.750
Restituição IVA IPSS	79.346	40.513
Alojamento e refeições	66.129	67.794
Outros	96.273	130.945
	335.498	333.002

i) Este montante refere-se ao valor a receber da Caixa Geral de Depósitos e Companhia de Seguros Fidelidade por conta de donativos relativos ao 3º e 4º trimestres de cada ano, conforme definido no protocolo entre as partes.

(b) A rubrica "Outras contas a receber – FEDER" corresponde essencialmente, à candidatura apresentada para a Pousada de Tavira no âmbito do QCAIII para a qual já foi apresentado um pedido de pagamento, não tendo o mesmo ainda sido recebido do Turismo de Portugal, no montante de 91.688 Euros.



### Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de clientes e outras contas a receber, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi como segue:

	2013			2014			Reclassificações (Nota 13)	Saldo 31.12.2014
	Saldo 01.01.2013	Reforços	Reversões	Saldo 31.12.2013	Reforços	Reversões		
Clientes	173.883	51.663	(34.701)	190.845	35.164	(25.133)	(10.892)	202.194
Outros devedores	-	29.768	-	29.768	-	-	-	45.648
	<u>173.883</u>	<u>81.431</u>	<u>(34.701)</u>	<u>220.613</u>	<u>35.164</u>	<u>(25.133)</u>	<u>(10.892)</u>	<u>277.610</u>

## 11 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Quotizações	15.303	14.002
Seguros	9.557	3.451
Assistência técnica	5.390	4.092
Outros	865	400
	<u>31.115</u>	<u>21.945</u>

## 12 INSTRUMENTOS DE FUNDOS PATRIMONIAIS

### Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os fundos da Movijovem eram representados por 67.500 títulos com o valor nominal de 5 Euros, cada.

### Reserva legal

No caso da Cooperativa e conforme os seus estatutos, 25% do resultado líquido positivo anual é destinado ao reforço da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a reserva legal ascendia a 163.111 Euros.

*Handwritten signature and initials*

**Outras reservas**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as outras reservas são referentes na sua totalidade a reservas livres.

**Aplicação dos resultados:**

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013: A Assembleia Geral da Movijovem deliberou transferir o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de 556.228 Euros, para resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012: A Assembleia Geral da Movijovem deliberou transferir o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de 736.229 Euros, para resultados transitados.

**Outras variações nos fundos patrimoniais:**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é constituída pelos subsídios do governo, não reembolsáveis, atribuídos no âmbito do QCA III, para compartilhar os investimentos realizados pela Movijovem nas pousadas de juventude e que serão reconhecidos em resultados do exercício no mesmo período de amortização do investimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido nesta rubrica é o seguinte:

Pousadas	Rendimentos subsídios ao Investimento (Nota 22)			Saldo final
	Saldo inicial	Outros efeitos		
Vilarinho de Furnas	2.668.124	(211.244)	350	2.457.230
Tavira	1.839.562	(142.774)	316	1.697.104
Portimão	1.665.124	(303.452)	51	1.361.723
Espinho	1.555.665	(126.412)	5.382	1.434.635
Évora	914.669	(3.818)	1.032.202	1.943.053
Vila Nova de Cerveira	873.610	(178.949)	621	695.282
São Pedro do Sul	711.838	(160.111)	91	551.818
Lisboa	591.493	(186.604)	2.038	406.927
Penhas da Saúde	550.273	(104.769)	3.070	448.574
Investimento edifício	221.799	(5.786)	-	216.013
Almada	131.971	(50.080)	403	82.294
Ovar	90.192	(49.419)	13.199	53.972
Castelo Branco	76.645	(22.531)	1.627	55.741
Alcoutim	67.854	(17.152)	398	51.100
Areia Branca	64.213	(17.700)	3.857	50.370
Lisboa Parque das Nações	50.225	(10.185)	-	40.040
Idanha	50.176	(18.218)	42	32.000
Guimarães	46.602	(24.792)	1.481	23.291
Porto	31.350	(17.148)	15.202	29.404
Restantes pousadas	315.676	(74.165)	30.328	271.837
	<b>12.517.081</b>	<b>(1.725.309)</b>	<b>1.110.656</b>	<b>11.902.408</b>

Os outros efeitos são referentes a adições de ativos fixos decorrentes de utilizações dos subsídios concedidos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### 13 PROVISÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na rubrica "Provisões" é conforme segue:

	Saldo				Saldo 31.12.2013	Reclassificação (Nota 10)	Utilizações	Saldo 31.12.2014
	01.01.2013	Reforços	Utilizações	Reversões				
Outras provisões	57.691	115.965	(7.911)	(4.132)	161.613	(45.648)	(30.426)	85.539
	57.691	115.965	(7.911)	(4.132)	161.613	(45.648)	(30.426)	85.539

### 14 PASSIVOS FINANCEIROS

#### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Fornecedores" tem saldos nos montantes de 994.681 Euros e 955.969 Euros, respetivamente.

#### Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme segue:

	Entidade financiadora	2014			2013	
		Montante utilizado			Montante utilizado	
		Corrente	Corrente	Total	Corrente	Total
<b>Instituições financeiras:</b>						
Financiamentos bancários:						
Empréstimo Sede (a)	CGD	70.790	448.338	519.128	589.919	589.919
Empréstimo conta caucionada (b)	CGD	12.500	79.170	91.670	104.170	104.170
Empréstimo financeiro (c)	CGD	5.122.390	-	5.122.390	5.122.390	5.122.390
Total instituições financeiras		5.205.680	527.508	5.733.188	5.816.479	5.816.479

*AAA*  
*LE*

- (a) Financiamento bancário que vence juros à taxa Euribor a 3 meses com um *spread* de 1%. O reembolso do capital será efetuado em 228 prestações mensais de 5.899 Euros cada, tendo-se vencido a primeira em 9 de Abril de 2003. O empréstimo em causa encontra-se garantido por uma hipoteca sobre o edifício da sede onde se encontra a Movijovem, até ao montante de 1.585.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2013, no pressuposto da liquidação da Empresa, este financiamento encontrava-se reconhecido na totalidade na dívida corrente.
- (b) Conta caucionada, renegociada em 2006, cujas condições são similares ao financiamento bancário referido na alínea a) acima. O reembolso do capital será efetuado em 192 prestações mensais de 1.042 Euros cada, tendo-se vencido a primeira em 2 de maio de 2006. Em 31 de dezembro de 2013, no pressuposto da liquidação da Empresa, este financiamento encontrava-se reconhecido na totalidade na dívida corrente.
- (c) Financiamento bancário que vence juros a uma taxa correspondente à taxa Euribor a 6 meses acrescida de *spread* de 6%. O reembolso do capital é efetuado em 120 prestações mensais, tendo-se iniciado em janeiro de 2011. Este financiamento encontra-se garantido por hipotecas sobre as pousadas de juventude de Vilarinho de Furnas e Melgaço no montante total 4.750.000 Euros. A 31 de dezembro de 2014, este financiamento encontra-se em incumprimento, estando o mesmo a ser negociado pelo que a totalidade da dívida se encontra reconhecida como corrente.

## 15 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas "Adiantamentos de clientes" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Adiantamentos de clientes	168.955	207.508
Outras contas a pagar:		
Credores por acréscimos de gastos (a)	1.601.014	1.656.847
Subsídios por afetar (b)	-	1.089.362
Fornecedores de investimentos	179.194	206.118
Partes relacionadas (Nota 25)	9.443	9.413
Outros	50.136	61.572
	<u>1.839.787</u>	<u>3.023.312</u>

*Handwritten initials/signature*

(a) A rubrica "Credores por acréscimos de gastos" apresenta o seguinte detalhe:

	2014	2013
Juros a liquidar i)	960.836	620.241
Remunerações a liquidar	523.737	517.330
Eletricidade	27.665	32.539
Despesas bancárias	24.563	14.120
Obras pousada Évora ii)	-	384.712
Outros acréscimos	64.213	87.905
	<u>1.601.014</u>	<u>1.656.847</u>

- i) O aumento verificado na rubrica é justificado pelo não pagamento de juros, decorrente da renegociação do contrato de financiamento (Nota 14).
- ii) Em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se especializados alguns montantes relativos às obras na pousada de Évora que se encontravam em curso

(b) A rubrica de "Subsídios a afetar" destina-se a assegurar projetos de investimento e de remodelação de pousadas de juventude. A Movijovem terá que proceder à apresentação de justificativo de afetação do subsídio recebido após a sua utilização nos projetos a que se destinam, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi alocado, essencialmente, à pousada de Évora.

## 16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:				
Retenção na fonte	8.882	-	8.882	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	21.919	2.771	27.021
Imposto sobre o Valor Acrescentado	76.001	-	-	4.671
Contribuições para a Segurança Social	-	139.715	-	193.909
	<u>84.883</u>	<u>161.634</u>	<u>11.653</u>	<u>225.601</u>

Em 31 de dezembro de 2010, a Movijovem tinha em mora a contribuição para a Segurança Social do mês de novembro, no montante de 174.962 Euros. Adicionalmente, não liquidou em janeiro de 2011, a contribuição devida de dezembro, no montante de 87.955 Euros. Em 14 março de 2011, a Movijovem assinou um plano de pagamento no qual se compromete a liquidar as contribuições em dívida em 60 meses, no montante mensal de 4.351 Euros.

À data de 31 de dezembro de 2014 a Movijovem já efetuou o pagamento de quarenta e seis prestações, encontrando-se em dívida o valor de 64.568 Euros.

## 17 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Subsídios ao investimento (a)	714.828	714.828
Protocolos de alojamento (b)	88.321	382.942
Outros	10.626	12.947
	<u>813.775</u>	<u>1.110.717</u>

- (a) A rubrica "Subsídios ao investimento" inclui valores correspondentes a: (i) subsídios (FEDER) respeitantes a candidaturas apresentadas no âmbito do QCAIII e (ii) participações aprovadas no âmbito do incentivo a eficiência energética. A Movijovem encontra-se a diferir os subsídios que se encontram nas seguintes situações: (i) aqueles que não foram recebidos, existindo algumas dúvidas quanto ao seu recebimento ou (ii) estão afetos a investimentos que ainda não foram executados ou cujas obrigações de devolução existem. Nessas circunstâncias, a Cooperativa não se encontra a reconhecer os subsídios afetos em fundos patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de subsídios ao investimento contabilizados ainda no passivo são como segue:

Pousada	2014	2013
Évora	589.668	589.668
Tavira	91.688	91.688
Eficiência energética	33.472	33.472
	<u>714.828</u>	<u>714.828</u>

- (b) A rubrica "Protocolos de alojamento" refere-se na sua maioria a protocolos realizados com diversos municípios e outras instituições para a comparticipação em 2014 e períodos subsequentes no esforço de desenvolvimento das redes de pousadas de juventude, sendo que os mesmos são reconhecidos em rendimentos à medida que as condições referidas nos protocolos se materializam. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Movijovem regularizou protocolos que se encontravam extintos ou com prazos de validade expirados nos montantes de 291.548 Euros e 588.048 Euros (Nota 22).

## 18 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Movijovem, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
Venda de bens	1.620.461	1.574.366
Prestação de serviços	4.601.039	4.826.074
	<u>6.221.500</u>	<u>6.400.440</u>

A rubrica "Venda de bens" inclui essencialmente as vendas do cartão jovem e cartão pousadas.

A rubrica "Prestação de serviços" inclui essencialmente as prestações de serviços de alojamento e refeições.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, ocorreram transações com partes relacionadas nos montantes de 9.296 Euros e 9.143 Euros, respetivamente (Nota 25).

## 19 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhada conforme segue:

	2014	2013
Energia e fluídos	780.934	849.579
Serviços especializados	775.474	677.354
Subcontratos	667.630	698.282
Serviços diversos	466.118	328.377
Materiais	29.070	24.125
Deslocações, estadas e transportes	14.600	14.452
	<u>2.733.826</u>	<u>2.592.169</u>

## 20 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme segue:

	2014	2013
Remunerações do pessoal	3.144.508	3.396.992
Encargos sobre remunerações	641.020	666.223
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 25)	96.704	67.701
Indemnizações	14.982	78.917
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	15.777	15.818
Outros gastos com pessoal	1.325	310
	<u>3.914.316</u>	<u>4.225.961</u>

O número médio de empregados ao serviço da Movijovem nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de 326 e 327, respetivamente.



*Handwritten signatures and initials.*

## 21 GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica "Gastos de depreciação e de amortização", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é conforme se segue:

	2014	2013
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	1.751.491	1.990.220
Ativos intangíveis (Nota 7)	3.025	4.180
	<u>1.754.516</u>	<u>1.994.400</u>

## 22 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica "Outros rendimentos e ganhos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é conforme se segue:

	2014	2013
Rendimentos de subsídios ao investimento (Nota 12)	1.725.309	1.969.557
Mecenato	454.791	312.500
Rendimentos suplementares	37.105	32.330
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	16.158	21.462
Outros (a)	925.071	1.520.041
	<u>3.158.434</u>	<u>3.855.890</u>

(a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui participações financeiras não reembolsáveis, nos montantes de 375.000 Euros e 775.000 Euros, respetivamente (Nota 25), concedidas pelo IPDJ à Movijovem e ainda a regularização dos protocolos de alojamento, nos montantes de, aproximadamente, 291.548 Euros e 588.048 Euros, respetivamente (Nota 17).

*AA*  
*P.C.*

## 23 OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica "Outros gastos e perdas", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é conforme se segue:

	2014	2013
Serviços bancários e encargos financeiros	58.071	58.275
Juros de mora e compensatórios i)	34.713	45.660
Quotizações	20.687	21.812
Outros	61.983	40.855
	<u>175.454</u>	<u>166.602</u>

- i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os juros de mora eram relativos, essencialmente, a faturas do fornecedor Itau – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A., responsável pelo *catering* das pousadas que não se encontram a ser liquidadas na sua data de vencimento.

## 24 JUROS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares suportados, no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são referentes na sua totalidade a juros suportados decorrentes de financiamentos bancários obtidos, nos montantes de 349.762 Euros e 372.076 Euros, respetivamente.

## 25 PARTES RELACIONADAS

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Nome	2014		2013	
	%	Montante	%	Montante
Instituto Português da Juventude ("IPJ")	80	270.000	80	270.000
Associação dos Utentes das Pousadas de Juventude ("AUPJ")	20	67.500	20	67.500

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2014		2013	
	Serviços prestados (Nota 18)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 22)	Serviços prestados (Nota 18)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 22)
IPDJ	9.296	375.000	9.143	775.000
AUPJ	-	-	-	-
	<u>9.296</u>	<u>375.000</u>	<u>9.143</u>	<u>775.000</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Movijovem apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2014		2013	
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 15)	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 15)
IPDJ	14.956	-	21.763	-
AUPJ	-	9.443	-	9.413
	<u>14.956</u>	<u>9.443</u>	<u>21.763</u>	<u>9.413</u>

### Remunerações do pessoal chave da Gestão

As remunerações do pessoal chave da Gestão, que inclui apenas os Diretores da Movijovem, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram de 96.704 Euros e 67.701 Euros (Nota 20), respetivamente.

## 26 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica inclui os montantes de 41.653 Euros e 61.827 Euros, respetivamente. Os subsídios à exploração são relativos a apoios financeiros à exploração das pousadas de juventude, financiados pelo Estado.

**27 GARANTIAS BANCÁRIAS E OUTROS COMPROMISSOS**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Movijovem tinha assumido responsabilidades por garantias bancárias prestadas, como segue:

Tipo de Garantia	Beneficiário	Validade	31.12.2014	31.12.2013
Garantia bancária	EDP,S.A	s/validade	3.781	3.781
Garantia bancária	GDP,S.A	s/validade	1.357	1.357
			<u>5.138</u>	<u>5.138</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 a Movijovem havia apresentado hipotecas sobre edifícios e terrenos, no montante total de 6.335.000 Euros, para garantir o cumprimento das obrigações inerentes aos seus financiamentos (Nota 14).

A Cooperativa encontra-se a pagar uma pensão de sobrevivência à viúva de um antigo colaborador, no montante de 262 Euros por ano. Esta pensão tem vindo a ser registada como custo à medida que é paga, não se encontrando registada qualquer provisão para lhe fazer face.

Lisboa, 24 de março de 2015

Técnico Oficial de Contas

*Susana Maria Constâncio Leiria*

Direção

*M. L. A. A.*  
*Erica Cunha*  
*Luís Campesinato*

Página 36